



**ARS NORTE**

Administração Regional  
de Saúde do Norte, I.P.

*Handwritten signature in blue ink.*

## **Regulamento do Conselho Coordenador da Avaliação do Desempenho dos Trabalhadores Médicos dos Serviços Centrais. Biénio 2015/2016**

### **CAPÍTULO I**

#### **Princípios gerais**

##### **Artigo 1.º**

##### **Objeto**

O presente Regulamento define a composição, as competências e as regras de funcionamento do Conselho Coordenador da Avaliação (CCA) dos trabalhadores médicos dos Serviços Centrais, em cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 58.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua atual redação aplicável por força do estatuido artigo 17.º da Portaria nº 209/2011, de 25 de maio, e na cláusula 18.ª do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) n.º 12/2011, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 236, de 12 de dezembro de 2011.

### **CAPÍTULO II**

#### **Competências, composição e funções**

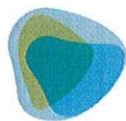
##### **Artigo 2º**

##### **Competências**

1. As competências do conselho coordenador da avaliação (CCA), em conformidade com o estabelecido no artigo 17.º da Portaria nº 209/2011, de 25 de maio, e na cláusula 18ª do ACT n.º 12/2011, de 12 de dezembro, são as seguintes:

- a) Estabelecer orientações gerais em matéria de fixação dos parâmetros da avaliação a que se refere o artigo 8.º da Portaria e da cláusula 9.ª do ACT;
- b) Estabelecer orientações gerais em matéria de escolha de indicadores de medida, em especial os relativos à determinação da superação de objetivos individuais;
- c) Fixar os níveis de ponderação nos termos da alínea h) do artigo 9.º da portaria e da alínea h) da cláusula 10ª do ACT;
- d) Aprovar a lista de "Competências de desempenho" a que se refere o artigo 11.º da Portaria e a cláusula 12.ª do ACT;
- e) Emitir parecer relativamente a questões suscitadas no âmbito das suas atribuições, quando solicitado;





**ARS NORTE**

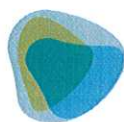
Administração Regional  
de Saúde do Norte, I.P.

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

- f) Emitir recomendações sobre a necessidade de formação, em serviço e ou contínua, para os trabalhadores médicos, de acordo com os projetos de desenvolvimento da qualidade dos cuidados de saúde e objetivos do estabelecimento ou serviço e unidades;
- g) Promover a elaboração dos diferentes formulários necessários ao desenvolvimento do processo de avaliação do desempenho;
- h) Garantir o rigor e a diferenciação de desempenhos do SIADAP, cabendo-lhe validar as avaliações de desempenho relevante e desempenho inadequado, bem como proceder ao reconhecimento do desempenho excelente, efetuadas de acordo com a aplicação das percentagens máximas previstas no n.º 1 do artigo 75.º Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, por remissão do artigo 20.º da Portaria e cláusula 21.ª da ACT;
- i) Devolver o processo de avaliação à equipa de avaliação, acompanhado do fundamento da decisão de não validação das avaliações de desempenho Relevante, Excelente e Inadequado;
- j) Emitir proposta final de avaliação em caso de discordância da fundamentação enviada pela equipa de avaliação, em respeito à decisão de não validação da avaliação de desempenho Relevante, Excelente e Inadequado;
- k) Decidir quanto à existência de condições para realização de avaliação a trabalhadores que tenham mantido no ano civil anterior relação jurídica de emprego público durante pelo menos um ano, com serviço efetivo, sem que tenha sido possível fazê-lo em contacto direto com o respetivo avaliador;
- l) Estabelecer, a fim de assegurar a ponderação equilibrada dos elementos curriculares e a consideração de reconhecido interesse público ou relevante interesse social do exercício dos cargos ou funções, os critérios de ponderação curricular e a respetiva valoração, em respeito pela escala qualitativa e quantitativa e as regras relativas à diferenciação de desempenhos nos termos das alíneas h) e i) do presente regulamento;
- m) Proceder à avaliação a requerimento do trabalhador, após proposta de avaliação efetuada com recurso a ponderação curricular elaborada pela equipa de avaliação, nos termos da alínea a) do artigo 7.º da Portaria e da alínea a) da cláusula 8.º da ACT, nos casos em que, existindo relação jurídico funcional nos termos do n.º 5 do artigo 42.º da Lei n.º 66- B/2007, de 28 de dezembro, na redação dada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, e nas situações previstas pela alínea n) do presente artigo, em que o CCA se pronuncie pela inexistência de condições para a realização da avaliação;
- n) Fornecer, quando solicitado pela Comissão Paritária (adiante designada de CP) os elementos que esta entender convenientes para o seu esclarecimento;
- o) Emitir o parecer final previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 48º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro;
- p) Elaborar o relatório bienal da avaliação do desempenho dos trabalhadores médicos;
- q) Elaborar o seu regulamento interno.







**ARS NORTE**

Administração Regional  
de Saúde do Norte, I.P.

*Handwritten signature in blue ink.*

### **Artigo 3.º**

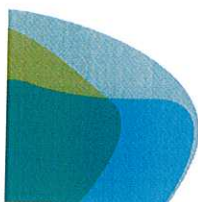
#### **Composição**

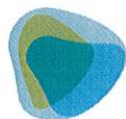
1. O Conselho Coordenador da Avaliação é constituído pelos seguintes elementos:
  - a) Rui Afonso Mória Cernadas, Vice-presidente do Conselho Diretivo, que preside o CCA;
  - b) Ponciano Manuel Castanheira de Oliveira – Vogal do Conselho Diretivo;
  - c) Fernando José Martins Tavares – Diretor de Departamento de Estudos e Planeamento;
  - d) Maria Neto de Miranda Araújo – Diretora de Departamento de Saúde Pública;
  - e) Maria Manuela Rocha Felgueiras – Diretora de Departamento de Contratualização.
2. Nas suas faltas e impedimentos o Presidente do Conselho Clínico será substituído nos termos do artigo 15.º do CPA.

### **Artigo 4.º**

#### **Competências do Presidente do CCA**

1. Ao presidente do CCA compete, designadamente:
  - a) Coordenar e controlar o processo de avaliação bienal de acordo com os princípios e regras definidos no presente regulamento e demais legislação aplicável;
  - b) Representar o conselho coordenador da avaliação;
  - c) Convocar, presidir e dirigir as reuniões do conselho coordenador da avaliação, incluindo o poder de suspender ou encerrar antecipadamente as reuniões, quando circunstâncias excecionais o justifiquem, mediante decisão fundamentada a incluir na ata da reunião;
  - d) Garantir o funcionamento do conselho coordenador da avaliação, de modo a assegurar a satisfação dos objetivos que lhe são cometidos, nos termos e para os efeitos da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro;
  - e) Promover o cumprimento das deliberações tomadas pelo CCA a que preside;
  - f) Abrir e encerrar as reuniões, dirigir os trabalhos e assegurar o cumprimento da legislação e a regularidade das deliberações;
  - g) Assegurar a elaboração do relatório anual da avaliação do desempenho, que integra o relatório de atividades do serviço;
  - h) Designar o secretário do CCA e seu substituto.





**ARS NORTE**

Administração Regional  
de Saúde do Norte, I.P.

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

#### **Artigo 5.º**

##### **Funções do secretário**

1. Cabe ao secretário colaborar com o presidente, a executar os procedimentos técnico-administrativos relacionados com o CCA, designadamente:
  - a) Secretariar as reuniões;
  - b) Organizar o expediente e arquivo do conselho coordenador da avaliação;
  - c) Apoiar o presidente na preparação das ordens de trabalho;
  - d) Elaborar as respetivas atas.

#### **Artigo 6.º**

##### **Funções de assessoria**

O conselho coordenador da avaliação pode ser assessorado por trabalhadores médicos com grau de consultor e experiência na área da avaliação do pessoal e dos cuidados médicos, sem direito a voto.

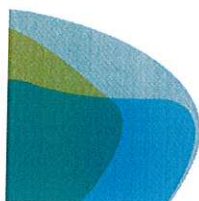
### **CAPÍTULO III**

#### **Funcionamento**

#### **Artigo 7.º**

##### **Convocação das reuniões e ordem de trabalhos**

1. As reuniões podem ser ordinárias ou extraordinárias.
2. A solicitação por escrito de pelo menos um terço dos membros do CCA, indicado o assunto que pretendem ver tratado, o Presidente convocará obrigatoriamente reunião extraordinária, nos 15 dias imediatos.
3. As reuniões são convocadas, com expressa indicação do dia, da hora e do local da sua realização, por comunicação individual dirigida a cada um dos membros com a antecedência de 48 horas.
4. A ordem de trabalhos de cada reunião é remetida a todos os membros acompanhada pela documentação respetiva, juntamente com a convocatória.
5. A convocatória para as reuniões, ordinárias ou extraordinárias, assim como a alteração das agendadas será realizada por qualquer meio que garanta o seu conhecimento seguro e oportuno, sendo comunicada a todos os membros do conselho coordenador da avaliação, conforme aqueles que nela devam participar.
6. As reuniões do conselho coordenador da avaliação não são públicas.







**ARS NORTE**

Administração Regional  
de Saúde do Norte, I.P.

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

### **Artigo 8.º**

#### **Funcionamento do CCA**

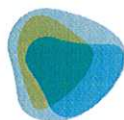
1. O conselho coordenador da avaliação reúne, em regra, durante o mês de novembro para planeamento do processo de avaliação referente ao biénio seguinte.
2. O conselho coordenador da avaliação reúne no mês de dezembro, anterior ao período de avaliação para fixar os critérios que hão-se presidir à ponderação curricular e sua valoração e publicitação da respetiva ata de critérios.
3. O conselho coordenador da avaliação reúne, em regra, na segunda quinzena de janeiro de cada biénio, para proceder à análise das propostas de avaliação e à sua harmonização de forma a assegurar o cumprimento das percentagens relativas à diferenciação de desempenhos transmitindo, se for necessário, novas orientações às equipas de avaliação, conforme previsto no artigo 64.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, e iniciar o processo que conduz à validação dos desempenhos relevantes e desempenhos inadequados e de reconhecimento dos desempenhos excelentes, conforme artigo 69.º do mesmo diploma.
4. O conselho coordenador da avaliação reúne, também, sempre que se torne necessário emitir pareceres, orientações ou proceder às avaliações previstas no artigo 42.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro.

### **Artigo 9.º**

#### **Deliberações do conselho coordenador da avaliação**

1. As deliberações do conselho coordenador da avaliação são tomadas por maioria absoluta dos votos dos seus membros.
2. Não é permitida a abstenção dos membros do conselho coordenador da avaliação.
3. Em caso de empate na votação, o presidente detém o voto de qualidade.
4. O conselho coordenador da avaliação só pode deliberar na presença de mais de metade do número dos seus membros.
5. Na falta do quórum previsto no número anterior, será pelo presidente designado outro dia para a reunião, com a mesma natureza da anteriormente prevista, sendo enviada nova convocatória.
6. Não podem intervir na discussão ou participar na votação os membros do conselho coordenador da avaliação que se encontrem ou se considerem impedidos, designadamente quando os assuntos apreciados versem sobre as avaliações em que parte interessada, quer como avaliadores na equipa de avaliação quer como avaliados.





**ARS NORTE**

Administração Regional  
de Saúde do Norte, I.P.

*[Handwritten signatures]*

**Artigo 10.º**

**Pedido de informações**

1. O conselho coordenador da avaliação poderá solicitar, por escrito, à equipa de avaliação e aos avaliados os elementos que julgar convenientes para o seu melhor esclarecimento.
2. O conselho coordenador da avaliação poderá, ainda, solicitar a presença de qualquer equipa de avaliação ou avaliado, relativamente a decisões que lhes digam respeito, para prestar declarações ou qualquer tipo de informação.

**Artigo 11.º**

**Ata da reunião**

1. De cada reunião será lavrada ata, que conterá um resumo de tudo o que nela tiver ocorrido, designadamente os membros presentes, os assuntos apreciados, as deliberações tomadas e a forma e o resultado das respetivas votações.
2. As atas são lavradas pelo secretário e submetidas à aprovação de todos os membros do conselho no final da respetiva reunião, sendo assinadas, após aprovação, pelo presidente e pelo secretário.
3. Os membros do conselho coordenador da avaliação podem fazer constar da ata o seu voto de vencido e as razões que o justifiquem.

**CAPÍTULO IV**

**Disposições finais**

**Artigo 12.º**

**Dever de sigilo**

1. Sem prejuízo das regras de publicidade, todos os membros do conselho coordenador da avaliação ficam sujeitos ao dever de sigilo decorrente do artigo 44.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro.
2. As reuniões do conselho não são públicas, podendo estar presente, contudo, quem o conselho convocar.
3. Ficam, igualmente, sujeitos ao dever de sigilo as equipas de avaliação a quem o CCA tenha solicitado colaboração, nos termos do artigo 10.º deste Regulamento.





**ARS NORTE**

Administração Regional  
de Saúde do Norte, I.P.

*[Handwritten signature]*

**Artigo 13.º**

**Omissões**

Aos casos omissos no presente Regulamento aplicar-se-ão as disposições legais relativas ao Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho na Administração Pública, aprovado pela Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, e à adaptação deste aos trabalhadores integrados na Carreira Especial Médica, e às normas relativas ao funcionamento dos órgãos colegiais constantes do Código do Procedimento Administrativo.

**Artigo 14.º**

**Entrada em vigor**

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua aprovação pelo Conselho Coordenador da Avaliação do Desempenho dos trabalhadores médicos, sendo o texto original anexado à ata da reunião em que for aprovado.

O Conselho Coordenador da Avaliação

(Dr. Rui Afonso Moia Pereira Cernadas – Vice – Presidente do Conselho Diretivo)

(Dr. Ponciano Manuel Castanheira de Oliveira – Vogal do Conselho Diretivo)

*[Handwritten signature]*

(Dr. Fernando José Martins Tavares – Diretor de Departamento de Estudos e Planeamento)

(Dra. Maria Neto Miranda Araújo – Diretora de Departamento de Saúde Pública)

*[Handwritten signature]*

(Dra. Maria Manuela Rocha Felgueiras - Diretora de Departamento de Contratualização)

Porto, aos 13 dias de janeiro de 2015.

